

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência da senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte, por estar a divulgar a 3ª Marcha e Corrida da Mulher Duriense, numa entrevista no Porto Canal.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** agradeceu à senhora D. Maria Helena Lacerda Chaves dos Santos, na qualidade de proprietária

Presidente

Secretária

da unidade de turismo rural “Villa Hostilina”, a oferta de um conjunto valioso de obras literárias, as quais irão enriquecer a coleção documental da Biblioteca Municipal.

Informou, ainda, que a plataforma informática referente ao projeto designado de “Web Social”, que foi concebida pelo gabinete de informática desta Câmara Municipal, já se encontra disponível e operacional nas várias instituições que prestam apoio social.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez um agradecimento ao Município da Régua pela cedência do Pavilhão Desportivo para a realização do “I Torneio Internacional de Futsal Cidade Lamego”. O evento desportivo correu muito bem, desejando-se que, para o próximo ano, o mesmo seja realizado na cidade de Lamego.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que se tratou de uma excelente realização em termos de organização.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

De seguida o senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma referência à abertura da unidade comercial “Continente” que apesar de trazer uma concorrência acrescida ao comércio de Lamego, trás também uma oferta diversificada aos cidadãos e clientes, bem como a criação de empregos significativos por um dos maiores grupos económicos nacionais. Com esta abertura acabou, igualmente, por beneficiar as acessibilidades da cidade de Lamego, designadamente com a construção de uma nova rotunda de acesso à variante entre a estrada das Amoreiras e a rotunda Dr. Fernando Amaral, para além de que irá nascer uma nova rotunda no cimo da Rua do Barronco, permitindo, assim, a ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade.

O senhor Presidente referiu-se, também, às festas em curso na cidade de Lamego, em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, considerando que estão a decorrer muito bem, esperando, para estes últimos dias, um grande número de participantes.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de rubricas de despesa, deu conhecimento ao executivo da 9ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 199.550,00€, reforçando-se as despesas relativas à aquisição de bens e serviços, juros e transferências de corrente e capital. Procede também à 9ª alteração do Plano de Atividades anulado em 6.000,00€ e reforçado em 96.750,00€ e à 9.ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 62.550,00€ e reforçado em 54.150,00€, sendo que foi reforçado igualmente a rubrica outras despesas de capital no montante de 8.400,00€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de rubricas de despesa, deu conhecimento ao executivo da 10ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 41.000,00€, reforçando-se as despesas relativas à aquisição de combustível (gás para os Centros Escolares), encargos de instalações e revisão de preços. Procede também à 10.ª Alteração ao Plano de Atividades reforçado em 18.000,00 € e à 10ª. Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 35.500,00€ e reforçado em igual montante.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PATRIMÓNIO (COD 47)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência da hasta pública realizada no dia 2012/07/18, em que foram adjudicados a venda de lotes de sucata à empresa Write Up, S.A., deu conhecimento ao executivo da quantidade de sucata alienada e do montante da receita gerada, conforme quadro a seguir apresentado:

Lotes	Quantidade	Preço/Kg	Receita
Lote 1 – Material vário em ferro e ferro fundido	17.520 Kg	0,26 €	4.555,20 €
Lote 2 – Material vário em alumínio	440 Kg	1,20 €	528,00 €

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

TRANSPORTES PÚBLICOS NA FREGUESIA DE FERREIROS DE AVÕES (COD 62)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 65, datado de 24 de agosto de 2012, respondendo à exposição feita por esta Câmara Municipal, relativo aos transportes públicos à freguesia de Ferreiros de Avões após o término do ano escolar.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do mail, datado de 30 de agosto de 2012, enviado pela Ayuntamiento de Duruelo de la Sierra, agradecendo o bom acolhimento e bom trato que lhes foi prestado aquando da visita à cidade de Lamego, tendo servido para reforçar a amizade entre os dois povos: Duruelo de la Sierra e Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas no mês de agosto.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD. 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 3 de setembro de 2012, cuja dotação orçamental é de 588.926,07 € e dotação não orçamental é de 140.540,80 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE AGOSTO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 21 de agosto de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretária

02-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DA TARIFA SOCIAL PARA UTILIZADOR NÃO-DOMÉSTICO (COD 01)**REQUERENTE: PATRONATO DE S. JOSÉ DE LAMEGO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 450/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual surge no seguimento do pedido do Patronato de S. José de Lamego, com sede na Rua das Canastras, n.3, que é uma instituição particular de solidariedade social, solicitando a aplicação aos seus consumos de água da tarifa social para consumidores não-domésticos, prevista no novo Regulamento de Águas e no atual tarifário em vigor, bem como a retificação, com base nesta tarifa, das faturas já emitidas, mas processadas pela tarifa prevista para utilizadores não-domésticos.

Assim, considerando que já antes da entrada em vigor do novo Regulamento e do novo tarifário, esta instituição usufruía do tarifário de preço reduzido (tarifa “s/fins lucrativos”) e que este Regulamento prevê uma tarifa social aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativos ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas, (1/b)/art.106.º), considerando ainda que o Regulamento é omissivo quanto aos termos e condições de acesso aos tarifários especiais para utilizadores não-domésticos, julgo dever manter-se inalterados os pressupostos que determinaram a aplicação do preço reduzido aos consumos de água desta instituição.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a aplicação da tarifa social aos consumos de água futuros do Patronato de S. José de Lamego e a retificação das faturas do mês de junho e julho pela mesma tarifa. Nos termos do art.4.º/4.1.4 do Capítulo XI, da Tabela de Taxas e Licenças, a tarifa social para utilizadores não-domésticos incide sobre consumo de água, tem o valor de 1,05, escalão único, em resultado da aplicação do disposto no n.4 do art.106.º do Regulamento de Águas.

A restituição deverá recair sobre compensação por crédito na faturação subsequente, da diferença de valores traduzida em m3 de água, e tendo em conta o escalão social, deverá considerar-se para as faturas n.ºs 68838, de junho/12 e 81956, de julho/12, os montantes de 149,73 € e 139,43 €, respetivamente,

Presidente

Secretária

Mais propõe, que delibere que todas as entidades que se apresentem nas condições previstas no preceituado acima referido, deverão ser abrangidas pela presente proposta, tendo em vista a aplicação da tarifa social para utilizadores não-domésticos.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOÃO PINTO RODRIGUES MENDONÇA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 451/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor João Pinto Rodrigues Mendonça, cliente n.5093, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita no Lugar da Arieira, freguesia de Avões, vem em sede de audiência prévia nos termos do n.1 do art.101.º do CPA, pronunciar-se, por escrito, sobre a decisão de indeferimento, que recaiu sobre o pedido de desistência daquele contrato de água.

Assim, tendo em conta o teor da informação n.º 535/DMSU de 14/08/12, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento do pedido de desistência do contrato de fornecimento de água de João Pinto Rodrigues Mendonça.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, notificar o requerente a fim de comprovar se tem água própria licenciada.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FACTURA (COD 01)

REQUERENTE: SÉRGIO MIGUEL PEREIRA DIAS RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 452/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 539/DMSU, de 20 de agosto de 2012, seja retificada a fatura de água n.º 91941 de julho, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do art.2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças ao abrigo do n.5 do art.40.º do Regulamento de Águas, cujo valor resultante, será de 63,12 €.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: ANA MARIA MONTEIRO ESTEVES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 453/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao pedido da senhora Ana Maria Monteiro Esteves, residente no Bairro de Alvorações, n.º 11-2º esq., solicita o pagamento da dívida da água, referente à instalação n.º 10154, em dezoito prestações mensais, uma vez que deixou em atraso entre novembro de 2009 e agosto de 2011.

De acordo com a informação n.º 543/DMSU, de 22/08/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 18 prestações mensais, iguais e sucessivas, cujo valor em dívida é de 570,93€, pelo que propõe à Câmara se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento. A requerente deverá apresentar atestado de insuficiência económica emitido pela respetiva junta de freguesia.

Deve ser dado conhecimento à requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS NA BANCA DE VENDA DE CHAPÉUS (COD 17)**REQUERENTE: ANTÓNIO FERREIRA DA FONSECA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 464/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 369/DFP, dando conhecimento da pretensão do senhor António Ferreira da Fonseca de ser ressarcido dos danos de que foi alvo, no dia 6 de maio do corrente, quando se encontrava a exercer a sua atividade de vendedor, na feira de Santa Cruz, tendo uma charrete de cavalos, danificando a sua banca de venda de chapéus que se encontrava na via pública, tendo provocado a sua queda, o que lhe trouxe um prejuízo no valor de 90,00 €, o qual foi comprovado.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Presidente

Secretária

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, indemnizando-o no valor de 90,00 €, uma vez que o custo é inferior ao valor da franquia do seguro.

07-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PARADA DO BISPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 458/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-estoura, no dia 16 de setembro de 2012, das 08.00 horas às 18.00 horas, para a realização das Festas em Honra de Santa Eufémia, a realizar no recinto de Santa Eufémia, na freguesia de Parada do Bispo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE AJUDA FINANCEIRA (**COD 08**)

REQUERENTE: ADEGA COOPERATIVA DE PENAJÓIA

Presente à reunião o ofício datado de 22 de agosto de 2012, oriundo da Adega Cooperativa da Penajóia que refere que tendo a Adega Cooperativa da Penajóia tomado conhecimento de um pedido de financiamento feito à câmara municipal de Lamego pela sua congénere vêm alertar do seguinte:

“O concelho de Lamego tem duas Adegas Cooperativas que intensamente lutam com dificuldades financeiras. Assim, sendo informam que os encargos bancários da adega cooperativa da Penajóia são de um milhão de euros, pelo que solicitam à Câmara Municipal a mesma ajuda financeira que vier eventualmente a ser atribuída à Adega Cooperativa de Lamego, tendo em conta o período de profunda crise no setor vitivinícola, esta ajuda revela-se de extrema importância, tendo em vista os compromissos para com os associados e a consequente repercussão socioeconómica para o concelho.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretária

09-ASSUNTO: PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS ESCOLARES DE LAMEGO, LAMEGO-SUDESTE E LAMEGO-SUL E ESCOLA EB1 DE LAMEGO N.º 2 (COD 20)

Presente a proposta de deliberação n.º 454/20/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada das minutas dos protocolos a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesias do Norte, do Sudeste e do Sul do Município de Lamego, visando criar as condições para garantir o normal funcionamento dos Centros Escolares de Lamego, Lamego-Sudeste e Lamego-Sul e Escola EB1 de Lamego n.º 2, nomeadamente no apoio ao serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, às atividades curriculares, à manutenção das instalações e ao serviço de portaria e vigilância.

Assim, propõe à Câmara Municipal que sejam aprovados os protocolos, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 64º e artigo 67º, ambos da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que definem os seguintes pagamentos:

Associação de Freguesias		Setembro a dezembro de 2012	Janeiro a agosto de 2013	Total
Norte		15.333,34€	30.666,66€	46.000,00€
Sudeste	C.E.Lamego-Sudeste	9.966,66€	19.933,34€	29.900,00€
	EB1 Lamego N.º 2	4.000,00€	8.000,00€	12.000,00€
Sul		8.666,66€	17.333,34€	26.000,00€
Total		37.966,66 €	75.933,34 €	113.900,00 €

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do Carmo Coutinho e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, devendo o presente processo ser remetido à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos.

Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: *“Face à inexistência de informação detalhada na proposta de deliberação sobre os indicadores e coeficientes que levam à construção dos valores expressos, era minha intenção votar contra a presente proposta. No entanto, e após os esclarecimentos prestados e que se encontram devidamente registados em ata, onde nos esclarece sobre esses mesmos índices e coeficientes, optei por me abster em razão exclusiva da informação dos serviços financeiros sobre a Lei dos Compromissos.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: *“Pese embora a informação dos serviços dando conhecimento da inexistência de fundos disponíveis, tendo em conta o estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, não posso deixar de votar a favor desta proposta, dado que se trata de uma despesa dirigida à satisfação de necessidades coletivas e primárias da população e que têm a consagração constitucional. Acresce, ainda, que esta despesa se relaciona com a cumprimento de um dever da autarquia e que lhe é imposta legalmente.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Independentemente da existência, ou não, de fundos disponíveis o Município de Lamego não pode deixar de dar cumprimento às suas responsabilidades em relação à manutenção e ao funcionamento dos centros escolares de primeiro ciclo e Jardim de Infância que estão por lei sob a sua responsabilidade, que foram construídos pelo Município com enorme esforço técnico e financeiro e que cumprem a inalienável função de instruir e educar as nossas crianças, preparando-as para o futuro.”*

10-ASSUNTO: PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR A CELEBRAR COM AS JUNTAS/ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 455/20/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, do seguinte teor: considerando que é atribuição do Município de Lamego, em matéria de gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar, o fornecimento de refeições escolares em cada ano letivo, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 19º da Lei 159/99, de 14 de setembro, e dos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei 399-A/84, de 28 de dezembro;

Presidente

Secretária

considerando que é da competência da Câmara Municipal de Lamego o domínio da ação social escolar, nos termos da alínea d) do nº 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro; considerando que se mantém em vigor o Acordo de Colaboração celebrado entre a Direção Regional de Educação do Norte, o Centro Regional de Segurança Social do Centro e a Câmara Municipal de Lamego, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré – Escolar, de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro e no Decreto – Lei n.º 147/97, de 11 de junho; considerando que as Juntas de Freguesias têm sido, desde a celebração do referido Acordo de Colaboração, parceiras na implementação daquele Programa, através da delegação de competências, de acordo com o disposto nos artigos 37º e 66º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos, os protocolos de cooperação para a educação pré-escolar a celebrar entre o Município de Lamego e as Juntas/Associações de Freguesia(s) abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2012/2013.

O encargo estimado para o ano letivo 2012/2013 é de **302.144,81€**, em que 109.870,84 € corresponde ao ano de **2012** (de setembro a dezembro) e 192.273,97 € ao ano de **2013** (de janeiro a julho), discriminado da seguinte forma:

JUNTA/ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIA(S)	2012	2013	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	39.351,76 €	68.865,58 €	108.217,34 €
Associação de Freguesias do Sudeste do Município de Lamego	25.512,64 €	44.647,12 €	70.159,76 €
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	9.488,48 €	16.604,84 €	26.093,32 €
Junta de Freguesia de Avões	3.023,04 €	5.290,32 €	8.313,36 €
Junta de Freguesia de Britiande	3.274,96 €	5.731,18 €	9.006,14 €
Junta de Freguesia de Cambres	9.104,60 €	15.933,05 €	25.037,65 €
Junta de Freguesia de Cepões	3.274,96 €	5.731,18 €	9.006,14 €
Junta de Freguesia de Lalim	3.023,04 €	5.290,32 €	8.313,36 €

Processado por computador

Presidente

Secretária

Junta de Freguesia de Magueija	2.771,12 €	4.849,46 €	7.620,58 €
Junta de Freguesia de Penajóia	3.526,88 €	6.172,04 €	9.698,92 €
Junta de Freguesia de Sande	2.519,20 €	4.408,60 €	6.927,80 €
Junta de Freguesia de Valdigem	5.000,16 €	8.750,28 €	13.750,44 €
Total	109.870,84 €	192.273,97 €	302.144,81 €

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do Carmo Coutinho e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: *“Face à inexistência de informação detalhada na proposta de deliberação sobre os indicadores e coeficientes que levam à construção dos valores expressos, era minha intenção votar contra a presente proposta. No entanto, e após os esclarecimentos prestados e que se encontram devidamente registados em ata, onde nos esclarece sobre esses mesmos índices e coeficientes, optei por me abster em razão exclusiva da informação dos serviços financeiros sobre a Lei dos Compromissos.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: *“Pese embora a informação dos serviços dando conhecimento da inexistência de fundos disponíveis, tendo em conta o estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, não posso deixar de votar a favor desta proposta, dado que se trata de uma despesa dirigida à satisfação de necessidades coletivas e primárias da população e que têm a consagração constitucional. Acresce, ainda, que esta despesa se relaciona com a cumprimento de um dever da autarquia e que lhe é imposta legalmente.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Independentemente da existência, ou não, de fundos disponíveis o Município de Lamego não pode deixar de dar cumprimento às suas responsabilidades em relação ao apoio social aos alunos, especialmente os mais carenciados, dos escalões A e B, impedindo esses alunos de ter as suas refeições escolares. Quanto aos índices e coeficientes referidos pelo senhor Vereador, é uma questão totalmente sem sentido pois os valores do protocolo são estabelecidos legalmente e constam igualmente do protocolo já assinado entre o Ministério da Educação e o*

Presidente

Secretária

Município. Quanto à previsão de receita, é sabido que é habitual o Ministério da Educação atrasar-se significativamente na transferência das verbas protocoladas, não havendo garantias de que as receitas previstas venham a ser recebidas nos períodos normais e portanto respeitarem a lei dos compromissos”.

11-ASSUNTO: PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS/ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 456/20/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, que refere que, considerando que é atribuição do Município de Lamego, em matéria de gestão dos refeitórios do 1º ciclo do ensino básico, o fornecimento de refeições escolares em cada ano letivo, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 19º da Lei 159/99, de 14 de setembro, e dos artigos 6º e 7º do Decreto – Lei 399-A/84, de 28 de dezembro;

Considerando que é da competência da Câmara Municipal de Lamego o domínio da ação social escolar, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Considerando que o prazo para acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB, aprovado pelo Despacho 18 987/2009, de 17 de Agosto, termina a 14 de setembro de 2012;

Considerando que as Juntas de Freguesias têm sido parceiras na implementação daquele Programa, através da delegação de competências, de acordo com o disposto nos artigos 37º e 66º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Dando cumprimento aos preceitos legais, mas procurando também promover a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo dos alunos, torna-se indispensável o apoio às famílias mais carenciadas na aquisição de livros e material escolar e na promoção de uma alimentação equilibrada;

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos, a minuta dos protocolos de parceria a celebrar entre o Município de Lamego e as Juntas/Associações de Freguesia(s) abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2012/2013.

Presidente

Secretária

O encargo estimado para o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo, durante o ano letivo 2012/2013 é de **181.499,40 €**, em que **67.442,40 €** corresponde ao ano de **2012** (de setembro a dezembro) e **114.057,00 €** ao ano de **2013** (de janeiro a junho), discriminado da seguinte forma:

JUNTAS/ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA(S)	2012	2013	TOTAL
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	31.315,36€	52.959,80€	84.275,16€
Associação de Freguesias do Sudeste do Município de Lamego	23.742,88€	40.153,40€	63.896,28€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	8.282,40€	14.007,00€	22.289,40€
Junta de Freguesia de Cambres	4.101,76€	6.936,80€	11.038,56€
TOTAL	67.442,40€	114.057,00€	181.499,40€

Os protocolos de parceria incluem também a atribuição de auxílios económicos uma vez que, de acordo com o Decreto – Lei 399-A/84, de 28 de dezembro, e nos termos das alíneas l) do n.º 1 e d) do nº 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 10 de janeiro, é aos Municípios que compete compartilhar no apoio aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar. Na atribuição de auxílios económicos serão aplicados os valores fixados através de despacho pelo Ministério da Educação (a aguardar publicação), e mediante os valores inscritos na respectiva rubrica orçamental.

O encargo estimado com o subsídio para as refeições escolares dos alunos do 1º ciclo, integrados nos escalões 1 ou 2 do abono de família, durante o ano letivo 2012/2013 é de **86.833,50€**, em que 32.266,60€ corresponde ao ano de **2012** (de setembro a dezembro) e 54.567,50€ ao ano de **2013** (de janeiro a junho), discriminado da seguinte forma:

JUNTAS/ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA(S)	2012	2013	TOTAL
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	13.700,64€	23.170,20€	36.870,84€
Associação de Freguesias do Sudeste do Município de Lamego	9.233,04€	15.614,70€	24.847,74€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	6.105,72€	10.325,85€	16.431,57€
Junta de Freguesia de Cambres	3.226,60€	5.456,75€	8.683,35€
TOTAL	32.266,00 €	54.567,50 €	86.833,50€

Presidente

Secretária

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do Carmo Coutinho e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: *“Face à inexistência de informação detalhada na proposta de deliberação sobre os indicadores e coeficientes que levam à construção dos valores expressos, era minha intenção votar contra a presente proposta. No entanto, e após os esclarecimentos prestados e que se encontram devidamente registados em ata, onde nos esclarece sobre esses mesmos índices e coeficientes, optei por me abster em razão exclusiva da informação dos serviços financeiros sobre a Lei dos Compromissos.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: *“Pese embora a informação dos serviços dando conhecimento da inexistência de fundos disponíveis, tendo em conta o estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, não posso deixar de votar a favor desta proposta, dado que se trata de uma despesa dirigida à satisfação de necessidades coletivas e primárias da população e que têm a consagração constitucional. Acresce, ainda, que esta despesa se relaciona com a cumprimento de um dever da autarquia e que lhe é imposta legalmente.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Independentemente da existência, ou não, de fundos disponíveis o Município de Lamego não pode deixar de dar cumprimento às suas responsabilidades em relação ao apoio social aos alunos, especialmente os mais carenciados, dos escalões A e B, impedindo esses alunos de ter as suas refeições escolares. Quanto aos índices e coeficientes referidos pelo senhor Vereador, é uma questão totalmente sem sentido pois os valores do protocolo são estabelecidos legalmente e constam igualmente do protocolo já assinado entre o Ministério da Educação e o Município. Quanto à previsão de receita, é sabido que é habitual o Ministério da Educação atrasar-se significativamente na transferência das verbas protocoladas, não havendo garantias de que as receitas previstas venham a ser recebidas nos períodos normais e portanto respeitarem a lei dos compromissos”.*

Presidente

Secretária

12-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (COD 20)

Presente a proposta de deliberação n.º 457/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior encontra-se regulada pelo Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado em reunião da Assembleia Municipal, realizada a 16 de abril de 2007 e publicado no Jornal do Douro n.º 367, de 25 de abril de 2007. Por bolsa de estudo entende-se uma prestação pecuniária para comparticipação nos encargos normais inerentes à frequência do ensino superior pelos estudantes economicamente mais carenciados do concelho de Lamego, num ano letivo.

No sentido de dar cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 4º e n.º 1 do artigo 7º do referido regulamento, propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de:

- 1 – Aprovar a atribuição de 12 bolsas de estudo para o ano letivo 2012/2013, de acordo com o n.º 1 do artigo 5º, com o valor máximo mensal de 100,00 €, e nos termos dos critérios a definir pelo Júri nomeado para o efeito;
- 2 – Autorizar a publicitação da data de apresentação de candidaturas, até 13 de outubro de 2012, mediante a afixação de editais nos lugares habituais, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7º;
- 3 – Aprovar a seguinte constituição do Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 9º:

Dr.ª Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira – Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural;

Dr.ª Elisabete Maria Pereira Silva – Técnica Superior;

Dr.ª Andreia Liliana Fonseca – Técnica Superior.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: TRANSPORTE DE ALUNOS EM CARREIRA PÚBLICA DE PASSAGEIROS PARA O ANO LETIVO 2012/2013 (COD 20)

Presente a proposta de deliberação n.º 466/20/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que delibere no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos, a seguinte repartição de encargos, referente à realização do transporte de alunos em carreira pública, durante o ano letivo 2012/2013:

Presidente

Secretária

Ano	Dias de aulas	Passes escolares		Sub-total	Compensação financeira		Sub-total	Total	IVA 6%	Total
		1º CEB	2º e 3º CEB e ES		1º CEB	2º e 3º CEB e ES				
Total 2012	68	172,53 €	2.070,36 €	152.516,52 €	110,00 €	884,00 €	67.592,00 €	220.108,52 €	13.206,51 €	233.315,03 €
Total 2012 (a)	68	4,65 €	55,89 €	4.116,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.116,72 €	247,00 €	4.363,72 €
Total 2013	100	172,53 €	2.070,36 €	224.289,00 €	110,00 €	884,00 €	99.400,00 €	323.689,00 €	19.421,34 €	343.110,34 €
Total 2013 (b)	100	6,90 €	82,81 €	8.971,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.971,00 €	538,26 €	9.509,26 €
Total 2013 (c)	15	172,53 €	0,00 €	2.587,95 €	110,00 €	0,00 €	1.650,00 €	4.237,95 €	254,28 €	4.492,23 €
Total 2013 (d)	6	0,00 €	2.070,36 €	12.422,16 €	0,00 €	884,00 €	5.304,00 €	17.726,16 €	1.063,57 €	18.789,73 €
Total 2013 (e)	15	6,90 €	0,00 €	103,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,50 €	6,21 €	109,71 €
Total 2013 (e)	6	0,00 €	82,81 €	496,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	496,86 €	29,81 €	526,67 €
Total Global				405.503,71 €			173.946,00 €	579.449,71 €	34.766,98 €	614.216,69 €

- (a) Estimativa da percentagem de aumento médio nos preços atualmente praticados para os títulos relativos aos transportes de passageiros (2,7%). De acordo com o proposto pela EAVT no n.º 1 do ofício com a referência 116/SC/2012, de 27 de agosto de 2012.
- (b) Estimativa da percentagem de aumento médio nos preços atualmente praticados para os títulos relativos aos transportes de passageiros (4%). De acordo com o proposto pela EAVT no n.º 1 do ofício com a referência 116/SC/2012, de 27 de agosto de 2012.
- (c) Nos termos do despacho 8771-A/2012, de 2 de julho, que aprova o calendário escolar para o ano letivo 2012/2013, será necessário assegurar o transporte escolar dos alunos do 4º ano de escolaridade que venham a ter acompanhamento extraordinário, podendo o mesmo prolongar-se até 5 de julho de 2013 (a confirmar pelo estabelecimento de ensino o n.º de dias e o n.º de alunos a transportar).
- (d) Transporte para realização das provas de aferição/provas finais/exames finais, em dias a designar através da publicação de diploma.
- (e) Estimativa da percentagem de aumento médio nos preços atualmente praticados para os títulos relativos aos transportes de passageiros (4%). De acordo com o proposto pela EAVT no n.º 1 do ofício com a referência 116/SC/2012, de 27 de agosto de 2012.

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do

Presidente

Secretária

Carmo Coutinho e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me na presente decisão porque a proposta em causa não tem fundo disponível, nos termos da Lei dos Compromissos, atenta a informação dos serviços que sobre a mesma recaiu.”

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: “Pese embora a informação dos serviços dando conhecimento da inexistência de fundos disponíveis, tendo em conta o estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, não posso deixar de votar a favor desta proposta, dado que se trata de uma despesa dirigida à satisfação de necessidades coletivas e primárias da população e que têm a consagração constitucional. Acresce, ainda, que esta despesa se relaciona com a cumprimento de um dever da autarquia e que lhe é imposta legalmente.”

*O senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: “A problemática dos transportes escolares dos Municípios do interior tem de ser encarada com responsabilidade e resolvida com urgência sob pena de contribuir para a asfixia financeira dos Municípios. De fato a análise feita pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ao sistema dos transportes escolares revela distorções inaceitáveis, como se comprova pelo seguinte exemplo: Comparando o custo dos transportes escolares na Câmara Municipal da Amadora, em que dividindo o encargo do município com transporte pelo número total de alunos, perfaz cerca de 4 € por aluno e por ano; enquanto que no Município do Sabugal representa mais de 1.300,00 € por aluno.*

Quando nos anos 80 foi transferida para os Municípios a competência no âmbito dos transportes escolares, não se antevia que esses encargos, que na altura representavam cerca de 1% da despesa dos municípios, viessem a ter o peso que hoje têm para os orçamentos municipais, pois representa mais de 6% da despesa e nalguns municípios representa 15 a 20% da despesa corrente. Por sua vez, a rede de carreiras públicas não funciona, sendo subvencionadas, direta ou indiretamente, no âmbito dos transportes escolares que asseguram os níveis mínimos de mobilidade dos alunos e da população em geral no interior do país. Quanto à lei dos compromissos, é por demais evidente que o município não vai, em caso algum,

Presidente

Secretária

deixar as suas crianças em casa, privando-as do direito constitucional ao ensino e educação.”

Os restantes **Vereadores do Executivo**, pertencentes à Coligação, reiteraram a declaração de voto proferida pelo senhor Presidente da Câmara.

14-ASSUNTO: FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO 2012 A LIQUIDAR EM 2013 **(COD 33-A)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 465/33-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 396/DFP, de 30 de agosto de 2012, referindo que, nos termos do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do citado artigo e constantes na informação.

Assim, propõe que seja fixada a taxa a aplicar nos prédios urbanos a que se refere a alínea b) em 0,8% e a taxa a aplicar nos prédios urbanos a que se refere a alínea c) em 0,5%.

Mais, propõe que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação.

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do Carmo Coutinho e o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: *“Voto contra as propostas de taxas máximas, por entender que as mesmas poderiam ser mais benévolas para as famílias lamecenses, particularmente num momento de crise como o que atravessamos atualmente.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Num período de grande crise financeira em que o país se encontra sob inspeção externa e os aumentos dos impostos tem sido essencial à recuperação do défice português é indispensável que as taxas do imposto municipal sobre imóveis, que é dirigido a cidadãos com património e abrangendo todos e muito especialmente aqueles que detém bens patrimoniais de elevado valor, sejam atualizadas, tanto mais que os*

Presidente

Secretária

efeitos do aumento que se vai verificar das avaliações que o Ministério das Finanças está a realizar, vão ser graduais.”

15-ASSUNTO: ACORDO DE PAGAMENTO COM AS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. **(COD 08)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 468/08/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que tendo em consideração que de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, a Câmara Municipal aprovou em 17 de Abril de 2012, o plano de liquidação de pagamentos.

Tendo em consideração que o Município de Lamego apresenta pagamentos em atraso e vencidos com o fornecedor *Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.*, com referência a 31-07-2012, no montante de cerca de 4.262.087,38 de euros aos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais prestados à Câmara Municipal, mas que reconhece apenas o valor de 2.698.740,46 de euros pelas tarifas aceites entre os municípios.

Tendo em consideração que o montante reclamado acima indicado se encontra vencido e que nos termos previstos no art.º 85.º da LOE 2012, é conferido um privilégio creditório às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos na dedução das transferências do OE aos municípios.

Tendo em consideração que está previsto a muito curto prazo o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que facilitará a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012, mas que ainda não se conhece às condições e taxas financeiras, mas que por outro, os juros moratórios que os fornecedores têm direito por Lei é superior a praticada ao presente acordo.

Tendo em consideração que de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21/02, as entidades apenas podem assumir novos compromissos se existirem verbas disponíveis a muito curto prazo.

Tendo em consideração que os pagamentos em atraso, definidos na alínea e) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, acrescem aos compromissos nas respetivas datas de liquidação, é absolutamente necessário efetuar um plano de liquidação desses pagamentos em atraso ou acordo de pagamento aceite entre as partes

Presidente

Secretária

sobre as condições do pagamento a efetuar em regime de rendas (anexo minuta acordo).

Tendo em consideração que de acordo com as regras definidas na Lei n.º 8/2012, de 21/02, não seria possível enquadrar o montante total dos pagamentos em atraso no atual exercício económico.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do acordo de pagamento com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., no montante total de € 2.698.740,46 (dois milhões seiscentos e noventa e oito mil setecentos e quarenta euros e quarenta e seis cêntimos), com encargos previstos para os anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2016, conforme estabelecido no n.º 4 do art.º 16.º da referida Lei, conjugado com a linha c) do n.º 1 do artigo 6.º da referida Lei.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de pagamento com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., conforme proposto e autorizar o senhor Presidente da Câmara a assiná-lo.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 16.º conjugado com a linha c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

16-ASSUNTO: PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO NINHO DE EMPRESAS (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 459/41/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que seja aprovado o projeto de execução para criação do “Ninho de Empresas”, na zona empresarial de Várzea de Abrunhais.

Deliberado: Aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Não posso aprovar um projeto de há mais de dois anos, sem a competente informação dos serviços técnicos, como deve ser feito em todas as situações desta natureza.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Em agosto de 2009, o Município de Lamego celebrou um contrato de fornecimento do projeto para criação do Ninho de Empresas, em Várzea de Abrunhais, o projeto foi remetido aos serviços da DOM, pelo projetista para aprovação e candidatura a fundos comunitários, não tendo sido possível a atribuição de fundos para o projeto em causa. Foi remetido para os serviços para dar seguimento a um eventual concurso*

Presidente

Secretária

para a obra de criação do Ninho de Empresas na zona industrial, em Várzea de Abrunhais.

Para encerramento do processo administrativo do contrato de fornecimento do projeto para criação do Ninho de Empresas, impõe-se a aprovação do presente projeto e remessa à DOM para candidatura a fundos comunitários.

17-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO COMBOIO TURISTICO (COD 62)

REQUERENTE: CRYSEIA, ANIMAÇÃO TURISTICA E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 460/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 552/DMSU, de 24 de agosto de 2012, propondo ao Executivo que autorize a exploração e circulação do Comboio Turístico pelo período de um ano à “Cryseia”, nas seguintes circuitos:

-Avenida Dr. Alfredo de Sousa, Rua Alexandre Herculano, EN2-limitado ao troço sob jurisdição camarária, Lugar da Raposeira (Caves), Santuário dos Remédios, Rua de Santa Cruz, Desterro, Rua Cardoso Avelino, Av. Visconde Guedes Teixeira, Av. 5 de Outubro, Av. Padre Alfredo Pinto Teixeira, Rua das Chagas, Rua 28 de Maio, Rua Marquês de Pombal, Praça do Comércio, Rua de Almacave, Rua Cândido dos Reis, Rua do Teatro, Rua do Regimento infantaria nº9, Lugar de S. João (Adega Cooperativa), Avenida General Alves Pedrosa, Ortigosa, Relógio do Sol, Bairro da Ponte, Balsemão, Alvelos, Rina, Av. D. Egas Moniz, Rua Visconde de Arneirós, Rua da Calçada da Guerra, Arneirós e Serra das Meadas.

Mais propõe que nos dias principais das festas de nossa Senhora dos Remédios (dias 06,07,08 e 09 de setembro) no arruamento de acesso à Nossa Senhora dos Remédios o comboio turístico circule só no sentido ascendente, desde a Rua Cónego José Pinto Teixeira até à Rua Visconde de Arneirós, e autorize o seguinte horário e tarifário:

- Períodos normais: das 08.00h às 21:00h;
- Períodos especiais: das 00.00h às 24.00h.

Os preços a praticar são: no Circuito 1 de 4.00€ para adultos e de 2.00€ para crianças, no Circuito 2 de 6.00€ para adultos e de 3.00€ para crianças, no Circuito 3

Presidente

Secretária

de 6.00€ para adultos e de 3.00€ para crianças, no Circuito 4 de 5.00€ para adultos e de 2.50€ para crianças.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

18-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NAS RUAS CARDOSO AVELINO E MACÁRIO DE CASTRO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 461/62/11 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 551/DMSU de 23 de Agosto de 2012, seja autorizada a alteração de trânsito nas Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, desde o dia 6 a 9 de Setembro de 2011, para o período das Festas da Cidade em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Mais propõe que autorize o trânsito num só sentido, no arruamento de acesso à Nossa senhora dos Remédios desde a Rua Cónego José Pinto Teixeira até à Rua Visconde de Arneirós.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE CORTE DE TRÂNSITO NA RUA NOVA (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 462/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 549/DMSU, de 22.08.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize o corte de trânsito, das 19.00h às 07.00h no dia 7/9/2012, na Rua Nova, para a realização da tradicional noite das festas de Nossa Senhora dos Remédios.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM AS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS (COD 62)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 463/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 541/DMSU, de 21.08.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da

Presidente

Secretária

competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a realização das festas em Honra de Nossa Senhora dos Meninos, para a realização deste evento vai ser necessário proceder ao corte de trânsito nos dias 15,16 e 17 de Setembro de 2012, entre as 22:00h e a 1:00h, na rua da Calçada e rua da Ponte, bem como a proibição de estacionamento na Rua de S. Lázaro, na Av. Visconde Guedes Teixeira em frente à Sé Catedral e também junto às escadas de acesso à Rua Direita, entre as 14:00h e as 19:00h, no dia 16 de Setembro, para a passagem da procissão.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM AS FESTAS EM HONRA DE SANTA EUFÉMIA (COD 62)

REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA DE PARADA DO BISPO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 467/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 561/DMSU, de 30.08.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a realização das festas em honra de Santa Eufémia, a realizar no Lugar de Santa Eufémia na Freguesia de Parada do Bispo, no dia 16/09/2012, das 08:00h às 20:00h, organizado pela Fábrica da Igreja de Parada do Bispo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CAFÉ “TASKAZITA” (COD 51)

REQUERENTE: HELENA ZITA RAMOS FERREIRA RODRIGUES

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 469/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido da senhora Helena Zita Ramos Ferreira Rodrigues, gerente do café “Taskazita”, seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de agosto de 2012, no qual autorizou o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para os dias 1 e 2 de setembro de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 8 e 9 de setembro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

23-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO “OLD ROCK CAFÉ” (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 470/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do “Old Rock Café”, propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de agosto de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 1 e 2 de setembro de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 7, 8, 9, 15, 16, 22, 23, 29 e 30 de setembro de 2012 e 6, 7, 13, 14, 20, 21, 27, e 28 de outubro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Presidente

Secretária

Deliberado Aprovado por unanimidade.

24-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CAFÉ “PÓDECAFÉ” (COD 51)

REQUERENTE: MARIA MADALENA DE CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 471/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido da senhora Maria Madalena de Carvalho, seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de agosto de 2012, no qual autorizou o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para o dia 2 de setembro de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 5, 6, 7, 8 e 9 de setembro de 2012 de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

25-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR “TREBARUNA” (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 472/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho, gerente do bar “Trebaruna”, propondo que seja autorizado o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para os dias 8, 9, 15, 16, 22, 23, 29 e 30 de setembro de 2012 e 6 e 7 de outubro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos

Presidente

Secretária

expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

26-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR “BRAIN BORU” (COD 51)

REQUERENTE: JENI MARIA ARAÚJO LOPES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 473/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido da senhora Jeni Maria Araújo Lopes, gerente do bar “Brain Boru”, propondo que seja autorizado o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para o dia 7 de setembro de 2012 e das 02H00 da manhã para as 06H00 para o dia 8 de outubro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

27-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR “CORTILHEIRO” (COD 51)

REQUERENTE: VÍTOR MANUEL GONÇALVES TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 474/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Vítor Manuel Gonçalves Teixeira, gerente do bar “Cortilheiro”, propondo que seja autorizado o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para os dias 5, 6 e 7 de setembro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

Presidente

Secretária

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: PROCESSO DE INQUÉRITO (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 475/44/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo a apreciação do relatório apresentado pela instrutora do processo de inquérito, para efeito de decisão nos termos do disposto no artigo 68º, do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Deliberado: Dado que não existe matéria disciplinar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, arquivar o presente processo de inquérito.

29-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: MARIA DO CÉU SILVA PINA DE MORAIS FERREIRA LOUREIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA QUINTA DA BELA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 476/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual dá conhecimento que a requerente solicitou a redução das taxas urbanísticas no valor de 5.085,68 €, bem como o seu pagamento em 12 mensalidades, uma vez que neste momento, não tem condições económicas para o seu pagamento.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere o deferimento do pedido da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente para proceder ao pagamento das taxas urbanísticas em 12 prestações, com início no final do mês de setembro, sendo a primeira no valor de 410,68 € e as restantes no montante de 425,00 €, cada.

30-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA INFRAESTRUTURA DE APOIO AO CAFÉ (COD 42)

REQUERENTE: MARIA ONDINA CARVALHO TEIXEIRA GONÇALVES

Presidente

Secretária

LOCAL DA OBRA: PARQUE ISIDORO GUEDES - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 477/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 165/DAQV, de 22/05/2012, dando conhecimento que foi detetada a impossibilidade de se aceder a instalações camarárias, nomeadamente instalações técnicas/vigilância da Alameda – Parque Isidoro Guedes. O acesso está vedado devido à construção de uma infraestrutura de apoio ao café ali localizado, que obstruiu completamente a porta que ali existia.

Após deslocação ao local, o fiscal municipal informou que existe, de facto, uma infraestrutura de apoio ao café, que foi construída ilegalmente, sem qualquer tipo de licenciamento e que causa entraves à circulação a uma porta que dá acesso a instalações camarárias.

Por despacho de 22/06/2012, foi notificada a adjudicatária, através do ofício n.º 1829, de 29/06/2012, para no prazo de 10 dias retirar a construção que levou a efeito no Parque Isidoro Guedes o que, de acordo com a informação n.º 2431 de 24/07/2012, tendo o fiscal municipal informado que a estrutura em causa não foi retirada.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere o procedimento a adotar.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que o presente processo seja remetido ao senhor Vereador Jorge Osório para que a adjudicatária seja notificada a comparecer neste Município de Lamego.

31-ASSUNTO: ESTIMATIVA DE CUSTOS COM OS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE UTILIZAM AS EMPRESAS JOAQUIM GUEDES, FILHO & GENROS, LDA. E EAVT – EMPRESA AUTOMOBILISTA DE VIAÇÃO E TURISMO, LDA., EM CARREIRA PÚBLICA, DURANTE O ANO LETIVO 2012/2013 (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 478/20/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo a aprovação e remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos, da seguinte repartição de encargos, referente à estimativa de custos com os passes escolares dos alunos que utilizam as empresas Joaquim Guedes, Filho & Genros, Lda. e EAVT – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda., em carreira pública, durante o ano letivo 2012/2013:

Presidente

Secretária

Empresa	2012	2013	Total
Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda.	43.000,00€	70.000,00€	113.000,00€
Empresa Joaquim Guedes, Filho & Genros, Lda.	36.000,00€	61.000,00€	97.000,00€
Total (IVA incluído a 6%)	79.000,00€	131.000,00€	210.000,00€

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José do Carmo Coutinho e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto: *“Face à inexistência de informação detalhada na proposta de deliberação sobre os indicadores e coeficientes que levam à construção dos valores expressos, era minha intenção votar contra a presente proposta. No entanto, e após os esclarecimentos prestados e que se encontram devidamente registados em ata, onde nos esclarece sobre esses mesmos índices e coeficientes, optei por me abster em razão exclusiva da informação dos serviços financeiros sobre a Lei dos Compromissos.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração: *“Pese embora a informação dos serviços dando conhecimento da inexistência de fundos disponíveis, tendo em conta o estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, não posso deixar de votar a favor desta proposta, dado que se trata de uma despesa dirigida à satisfação de necessidades coletivas e primárias da população e que têm a consagração constitucional. Acresce, ainda, que esta despesa se relaciona com a cumprimento de um dever da autarquia e que lhe é imposta legalmente.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Os valores dos passes escolares são fixados por portaria do Governo, pelo que a questão colocada pelo senhor Vereador quanto aos montantes da requisição não tem fundamento. Quanto ao cumprimento da lei dos compromissos, reitero a posição referida em anteriores deliberações de assegurar o transporte dos alunos em cumprimento do direito constitucional à educação, cabendo ao governo transferir para os municípios os montantes necessários para acomodar em termos orçamentais esta competência delegada pelo estado nos Municípios.”*

Presidente

Secretária

22-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

23-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária